

**ANTONIO MONEGAL**  
***COMO O AR QUE RESPIRAMOS. O SENTIDO DA CULTURA***  
**(TRAD. DE GONÇALO NEVES)**

Objectiva, 2024, 619 pp.

Carlos Pazos-Justo\*

[carlospazos@elach.uminho.pt](mailto:carlospazos@elach.uminho.pt)

Catedrático de Teoria da Literatura e Literatura Comparada na Universitat Pompeu Fabra, Antonio Monegal tem desenvolvido uma intensa carreira académica (doutorado por Harvard, docente na Cornell University) e liderou o Consell de la Cultura de Barcelona. O livro agora em análise, que recebeu (na edição em espanhol) o Premio Nacional de Ensayo em 2023, aborda de diferentes perspetivas o complexo construto que denominamos cultura ao longo de um Preâmbulo, 15 capítulos, aos quais o A. acrescenta uma nota de agradecimentos e uma bibliografia selecionada que a seguir sintetizamos.

O ensaio abre, portanto, com o Preâmbulo onde o A. explicita o tempo de redação do mesmo, a pandemia de COVID-19, e refere a relevância que para ele representou, enquanto aprendizagem prática, a liderança do Consell de la Cultura de Barcelona (2009–2013). Nesta introdução, aponta o desafio principal do ensaio: “será possível encontrar uma resposta para a importância da cultura?” (p. 17).

No 1.º capítulo, “A cultura é importante?” (pp. 19–27), numa reflexão contextualizada na atualidade, o A. assinala dois erros frequentes: o entendimento da cultura como algo acessório e, por outro lado, o elitismo que sustém que a *sua* cultura é desvalorizada. Para o A., numa análise inclusiva, a “cultura [...] não está em crise, embora o conceito o esteja [...] a cultura é o quadro incontornável da nossa existência” (p. 27).

No capítulo seguinte, sob o título “O valor questionado” (pp. 29–37), o A. questiona a relação entre cultura e barbárie (vs. civilização construída) e o carácter histórico das ideias de cultura, particularmente no relativo à posição do cânone ocidental; assim, estamos “perante a necessidade de reformularmos as perguntas e de nos lançarmos em busca de novos modelos para darmos conta da crescente complexidade da paisagem e dos que a partilham connosco” (p. 37).

Em “De difícil definição” (pp. 39–48), refere a complexidade semântica do termo *cultura* e, ao passo, convicto da necessidade de o explicitar, declara-se a favor de um entendimento da cultura inclusivo e internacional em que, a partir de R. Willians, a cultura tem três dimensões: “as artes e o pensamento”, “cultura como civilização” e o entendimento mais alargado desenvolvido pela antropologia (p. 45).

“Para que serve a cultura” (pp. 49–60) discute o discurso dos políticos e outros agentes, nos quais a cultura frequentemente é entendida num sentido utilitarista: motor da

---

\* Centro de Estudos Humanísticos, Grupo Galabra, Universidade do Minho, Portugal.  
ORCID: 0000-0001-6172-3059

economia e instrumento de coesão social, “ideologema que nem todas as sociedades partilham e que é insistentemente atacado com base em premissas neoliberais, mas as práticas evidenciam um consenso bastante difundido” (p. 51). A cultura, por outro lado, tem sido entendida como algo inútil o que “deixa de lado a evidência de que a cultura tem efeitos, faz coisas” (p. 53). A seguir, no capítulo 5, “Uma caixa de ferramentas” (pp. 60–72), ancorado no trabalho de Itamar Even-Zohar, o A. desenvolve a ideia da relevância da cultura. Deste modo, recupera o entendimento da cultura na sua dupla face, como *bens* (cuja propriedade ou uso tem estado vinculado a noções como o prestígio) e *ferramentas*: “repertórios de bens representativos, por um lado, e de modelos e opções para a vida [significam] a adoção de um repertório partilhado [...] que confere coesão e diferenciação a uma entidade coletiva” (p. 68)

Resgatando o pensamento de Pierre Bourdieu, em “Menos é mais” (pp. 73–82), o A. aborda a “lógica antieconómica” (p. 75) dos campos culturais. A partir da relativa autonomia destes, frente ao campo económico ou do poder, a “qualidade” de um produto cultural é determinada não pelo conjunto de consumidores, mas por um grupo restrito e prestigiado do próprio campo em questão. Esta lógica está hoje em questão, segundo o A., e promove uma “tensão latente, por vezes violenta, entre as leis da cultura e as da sociedade de consumo” (p. 81).

No capítulo 7, “A cultura como recurso” (pp. 83–93), com notório sentido prático, vincula a reflexão acerca da relação entre cultura (sempre sob suspeita) e economia com o polémico debate sobre o financiamento público da cultura. Aqui chama a atenção para o erro de tendencialmente serem aplicados à cultura os pressupostos da economia convencional e refere a cultura como um recurso, pressupondo que “um recurso é mais do que uma mercadoria” (p. 87). Neste sentido, sublinha a dificuldade que significa aplicar critérios quantitativos à avaliação da cultura e questiona: “[s]erá que os seus benefícios sociais superam os seus custos? Para o sabermos, teríamos de calcular o custo de vivermos sem ela” (p. 93).

Num quadro em que o “consumo é o motor do sistema, a sua condição de possibilidade e a obrigação do bom cidadão é consumir” (p. 96), em “Consumo e cultura de massas” (pp. 95–105), o A. destaca o facto de os produtos culturais impactarem no desenvolvimento das “mentalidades”. No entanto, hoje o consumo de massas está condicionado pelos canais de circulação (principalmente internet) e não pela produção, esbatendo a fronteira entre criação (hoje facilitada) e consumo: a “oferta multiplicou-se exponencialmente e deixou de estar monopolizada pelos criadores e agentes culturais credenciados [...] e pelas indústrias culturais [...] uma revolução que fez rodar muitas cabeças”, em que os algoritmos são os “novos napoleões” e em que o foco recai no exercício do consumo (pp. 102–103). Para o A., é necessário, face a posicionamentos ancorados no prestígio ou na canonicidade, considerar as atuais lógicas de consumo cultural massivo como estando desligadas da dicotomia entre alta cultura e cultura de massas.

No capítulo 9, “Híbridos e globalizados” (pp. 107–116), a partir do entendimento da “hegemonia cultural anglo-saxónica” (p. 110), o A. interroga-se sobre quem são os grupos mais ameaçados pelos efeitos da globalização; entendendo esta, em termos culturais, como um processo marcado pela “confluência ou mistura de repertórios

culturais distintos” (p. 112) e que, porém, não faz mais do que intensificar lógicas consubstanciais à própria natureza da cultura. A seguir, o capítulo “Memória e identidade” (pp. 117–128) problematiza conceitos como memória individual e coletiva ou memória comunicativa e cultural, e entende esta última como sendo elaborada através de “processos de memorialização: monumentos, comemorações, ritos, imagens, textos e outras fontes simbólicas de preservação” (p. 119). Neste sentido, a cultura é o “resultado da evolução do ser humano e a memória coletiva pode ser entendida como um mecanismo adaptativo que favorece a coesão social do grupo numa espécie gregária” (p. 121).

Sob o título “Inflexões da diferença” (pp. 129–140), aborda a problemática da relação entre identidade e raça ou gênero e afirma que “a identidade não se tem: exerce-se, pratica-se” (p. 137) e, neste sentido, a cultura é entendida como “um processo de enunciação de tipo relacional” (p. 140). Já em “O limite da nação” (pp. 141–156), afirma que “[s]ó a religião pode competir com a nação na quantidade de sangue que fez derramar” (p. 141) e sublinha o “caráter eminentemente cultural deste potente construto” (p. 143), de enorme atualidade, em função entre outros factores, da sua importante dimensão emocional. Destaca igualmente o papel da literatura, hoje menor, na construção das narrativas nacionais e conclui que do que “necessitamos serão, porventura, modelos mentais baseados não no conceito de nação nem nas fronteiras entre nações mas no conceito mais complexo de cultura” (p. 156).

Em “Por uma ética cosmopolita” (pp. 157–164), afirma que já não mais estamos no tempo das “comunidades compactas e puras, se é que alguma vez as houve” (p. 157), ao passo que as cidades são cada vez mais os polos de atração das pessoas de distinta condição em que o atrito cultural pode acontecer. Perante isto, as vias para a coesão social surgem através da imposição do repertório cultural dominante ou, propõe em linha com a ideia de cosmopolitismo, “como o resultado do diálogo, de um intercâmbio respeitoso do qual decorre um pacto cívico” (p. 159). No capítulo seguinte, “O que têm em comum a cultura e a política?” (pp. 165–176) o A. refere casos conhecidos de agentes da cultura perseguidos ou censurados como um indício forte da relevância da cultura para a política, apesar de haver uma tendência para a sua secundarização face a outros âmbitos entendidos como mais importantes. Face a isto, a “cultura e a política partilham o espaço do comum enquanto formas de interação social, de organizar a relação com o meio envolvente e com os outros e de lhe dar sentido [...] têm em comum o comum” (p. 169).

No último capítulo, em “O que está em jogo” (pp. 177–192), o autor defende a necessidade de não opor a cultura nas duas dimensões que analisa, “a definição lata, antropológica” e a “aceção restrita [...] produção artística e intelectual”. Afirma ser este um “ensaio militante” (p. 178), comprometido com a defesa da cultura e contra as lógicas dominantes próprias da economia de mercado. Segundo o A., as responsabilidades no relativo à cultura dizem respeito a todos os cidadãos, e não apenas aos agentes culturais ou políticos; ademais, defende as instituições culturais como espaços de negociação e reivindica a cultura como um elemento central para o bem-estar comum num tempo confuso.

Numa perspetiva mais analítica, aqui necessariamente sintética, cabe indicar, em primeiro lugar, a pertinência deste ensaio de orientação mais reflexiva do que prescritiva. O feliz título *Como o Ar que Respiramos...* espelha perfeitamente a tese principal do livro:

a cultura tem uma relevância central na organização da vida social e, portanto, na solução de problemas de variado tipo (também económicos, ecológicos, sanitários, políticos, etc.). Não podemos estar mais de acordo, e permita-se-nos mencionar de passagem a dimensão cultural, escassamente atendida, da problemática associada à gestão do território e à relação que temos com a natureza em Portugal, que tem como uma das consequências, crescentemente trágica, o alastramento de grandes incêndios que com regular periodicidade apagam a(s) vida(s).

Destacamos igualmente a inspiradora reflexão acerca do funcionamento da cultura hoje, considerando as novas lógicas que as tecnologias emergentes promoveram. A antiga (e rígida) distinção entre produtores e consumidores culturais está hoje em causa uma vez que o acesso a instrumentos e canais para a produção está mais facilitado. Neste sentido, como refere o A., é preciso uma mirada aberta, inclusiva, e afastada de condicionalismos doutros tempos. O que, como refere o A., não implica assumir acriticamente a lógica neoliberal que tanto e em tantas dimensões tem determinado a vida cultural.

Caberia ainda problematizar algumas das muitas reflexões que este ensaio nos oferece. Rapidamente, questionamos a ideia (consolidada aparentemente no meio cultural) de os agentes políticos não se interessarem pela cultura. Com os matizes necessários, uma rápida olhada ao espaço português, nomeadamente aos departamentos de cultura das câmaras municipais portuguesas, parece sugerir o contrário e, até, a conclusão de que estamos perante um processo em que os pelouros de cultura estão progressivamente a captar mais recursos de variada espécie e, portanto, avançando com objetivos mais ambiciosos.

O questionamento maior que este ensaio nos suscita relaciona-se com o próprio entendimento da cultura. Se bem que, é certo, o A. aborda um espaço temático e conceitual muito amplo e complexo, como ele mesmo aponta, a conceção dicotómica de cultura – as artes e, cumulativamente, o entendimento de origem antropológica – parece pretender uma reflexão inclusiva que dificulta o acompanhamento da reflexão e até limita o seu próprio alcance, uma vez que muitas das ideias e propostas apenas se aplicam à cultura num destes sentidos. Ademais, em nosso entender, a perspetiva, digamos, mais tradicional – cultura como artes – parece responder a uma resistência ao reposicionamento do mundo das artes numa conceção mais ampla de orientação antropológica. Estamos, em todo o caso, ante os mesmos fenómenos (pense-se, no âmbito textual, n’*Os Lusíadas* e na *Constituição da República Portuguesa*) para os quais só, acreditamos, uma perspetiva abrangente de base antropológica pode garantir análises (ou políticas) para o bem comum, nos termos reivindicados pelo A.

Por fim, *Como o Ar que Respiramos. O Sentido da Cultura* de Antonio Monegal é uma leitura altamente recomendável para melhor entender o complexo âmbito temático ou teórico inscrito no nome *cultura*, tão manido, mas nem sempre explicitado.

[recebido em 11 de novembro de 2024 e aceite para publicação em 18 de dezembro de 2024]